



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
**PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA**  
ESTADO DO PARANÁ



**PARECER Nº 042/2021, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,  
LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**

Ao Projeto de Lei nº 042/2021, de iniciativa do Executivo Municipal

**1. RELATÓRIO**

O Executivo Municipal, em 02 de setembro de 2021 apresentou o Projeto de Lei nº 042/2021, que “revoga a Lei Municipal nº 2.160 de 22.02.2021 e dá outras providências”.

A matéria foi apresentada na sessão ordinária de 08 de setembro de 2021, e encaminhada à Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para parecer.

Justifica o Executivo Municipal que no mês de janeiro deste ano de 2021, o Poder Executivo Municipal encaminhou a Mensagem nº 001/2021 a este Poder Legislativo, onde solicitava autorização legislativa específica para fins de proceder a revisão geral anual dos vencimentos e dos salários do pessoal ativo, inativo e pensionista do Município de Guaíra, Estado do Paraná. Após aprovações plenárias, fora sancionada a Lei Municipal 2.160/2021, tendo gerado seus efeitos já na folha de pagamento do mês de janeiro deste ano.

Em que se pese a plena ciência dos efeitos da Lei Complementar Federal nº 173/2020, no presente exercício de 2021, entendeu-se na oportunidade que a revisão geral anual, por tratar-se de uma previsão constitucional anterior, não estaria restringida pelos efeitos do referido diploma legal, especialmente, pela interpretação literal dos termos do art. 8º, incisos I e VIII, da LC 173/2020.

Ressaltamos que inclusive o próprio Tribunal de Contas do Estado do Paraná, instado a se manifestar acerca da proibição ou não da concessão da revisão geral anual no exercício de 2021, exteriorizou oficialmente seu entendimento quanto à possibilidade de tal medida, conforme se infere do Acórdão 293/2021 no Processo nº 447230/20 (decisão em anexo).

Ocorre que recentemente, o Supremo Tribunal Federal ao julgar o Processo de Reclamação nº 48.538 proposto pelo Município de Paranavaí - PR, através do Ministro Alexandre de Moraes, entendeu que a interpretação do TCE-PR estaria em dissonância com o que fora decidido pela Suprema Corte quando do julgamento das ADI's nº 6.447, 6.450 e 6.525, e assim a revisão geral anual estaria vedada pela Lei Complementar 173/2020, determinando-se inclusive que o TCE-PR promova novos Acórdãos em conformidade com o entendimento do STF, conforme se infere da decisão que também segue apensada.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
**PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA**  
ESTADO DO PARANÁ



Dessa forma, não resta alternativa aos gestores públicos que procederam a revisão geral anual, senão implementar os mecanismos para revogar tal medida, salientando desde já, que os valores até então recebidos foram de boa-fé e com caráter alimentar, e por tais razões, desnecessária a restituição ao erário municipal.

O Parecer Jurídico nº 030/2021-F, do Advogado Público desta Casa, que segue anexo, conclui que sob o ponto de vista técnico-jurídico, não verifica óbice à tramitação e eventual aprovação do presente Projeto.

## 2. VOTO DO RELATOR

Considerando que não há óbice a que o presente Projeto de Lei nº 042/2021 seja aprovado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, voto pela admissibilidade e tramitação do mesmo.

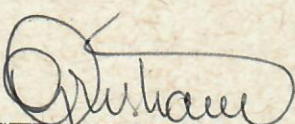
Sala de Reuniões, em 15 de setembro de 2021.

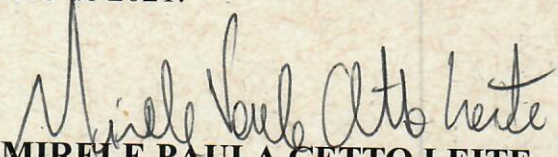
  
**GIVANILDO JOSÉ TIROLTI**  
Relator

## 3. PARECER DA COMISSÃO - FAVORÁVEL

Os demais membros desta Comissão, reunidos nesta data, acompanham o voto do relator, de forma que o Projeto de Lei nº 042/2021 de iniciativa do Executivo Municipal, possa ser discutido e votado em plenário.

Sala de Reuniões, em 15 de setembro de 2021.

  
**CRISTIANE GIANGARELI**  
Presidente

  
**MIRELE PAULA CETTO LEITE**  
Secretária

*Ata em Sessão Ordinária*  
*20/09/2021*